



## **CPIPREV**

### **REQUERIMENTO Nº      , DE 2017**

Nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que a Secretaria do Tesouro Nacional e a Secretaria do Orçamento Federal encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito da Previdência, com base nos dados oficiais do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI:

- 1) O resultado anual dos últimos 10 anos da Seguridade Social, considerando todas as receitas do art. 195 da Constituição Federal e as despesas com a Assistência Social, Saúde e Previdência Social (apenas Regime Geral - INSS), isolando as despesas por área, **excluindo as despesas** com o Regime Próprio dos servidores públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e com Militares;
- 2) O resultado dos últimos 10 (dez) anos do Regime Próprio dos Servidores da União, considerando as contribuições sociais dos ativos, inativos, pensionistas e a contribuição da União, na forma da Constituição e da Lei;
- 3) O resultado dos últimos 10 (dez) anos do Regime Previdenciário dos Militares da União, considerando as contribuições sociais dos ativos, inativos, pensionistas e a contribuição da União, na forma da Constituição e da Lei;



SF/17702.23623-00

## JUSTIFICATIVA

O centro das discussões acerca do sistema previdenciário brasileiro, objeto desta CPI, está na interpretação constitucional das receitas e despesas, sendo apresentados cálculos diversos, com números diversos, utilizando-se de metodologias diferentes e completamente destoantes.

Os especialistas ouvidos nesta CPI apresentaram basicamente 2 teses diferentes para a análise do resultado da seguridade social e da previdência. Numa, são consideradas apenas algumas contribuições. Noutra, são incluídas despesas não previstas no ordenamento constitucional. Independentemente, os números são divergentes, e como tratamos de bilhões de reais, a certeza exata dos valores garante segurança jurídica ao Estado Brasileiro.

Porém, uma dúvida ainda persiste: os números utilizados como referência estão corretos?

Desta forma, com a finalidade de aclarar os valores utilizados como referência para os cálculos, é necessário utilizar uma metodologia única, a qual foi eleita no requerimento acima, aproximando e facilitando aos parlamentares as conclusões necessárias desta CPI, cabendo ressaltar que a metodologia aqui adotada não importa em decisão prévia acerca da metodologia de cálculo a ser afirmada pelo relatório da CPI, mas tão somente uma forma de contrapor argumentos pela análise dos números.

Sala das Sessões,        de junho de 2017.

Senador **PAULO PAIM**



SF/17702.23623-00